

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA**

ANTONIO RAFAEL PROCHERA

**BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE  
FEDERAL**

PATO BRANCO

2015

ANTONIO RAFAEL PROCHERA

## **BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL**

Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gestão Contábil e Financeira do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Pato Branco – PR.

Orientador: Dr. Luiz Fernande Casagrande

PATO BRANCO

2015



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Pato Branco  
Departamento de Ciências Contábeis  
Bacharelado em Ciências Contábeis



### TERMO DE APROVAÇÃO

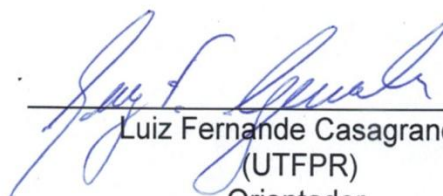
BALANÇO SOCIAL: ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

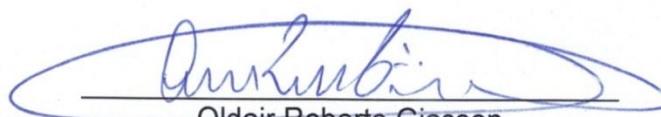
**Revisão da estrutura do Modelo de Avaliação da X Turma de  
Especialização em Gestão Contábil e Financeira  
da UTFPR – Câmpus Pato Branco**

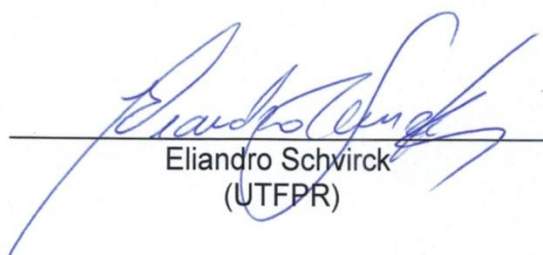
Nome do aluno(a): **Antonio Rafael Prochera**

Este trabalho de conclusão de curso foi apresentado às 19:30 horas no dia 10 de junho de dois mil e quinze como requisito parcial para obtenção do título de ESPECIALISTA EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA, do Departamento de Ciências Contábeis – DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

APROVADO

  
Luiz Fernando Casagrande  
(UTFPR)  
Orientador

  
Oldair Roberto Giasson  
(UTFPR)

  
Eliandro Schvirck  
(UTFPR)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida, saúde e força para enfrentar cada desafio.

Aos meus pais, pelo amor, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Aos servidores da UTFPR, que colaboraram para viabilizar o sucesso deste trabalho.

A meu orientador Prof. Dr. Luiz Fernando Casagrande pela paciência e dedicação. A todos os professores que compartilharam seus conhecimentos durante o curso.

"Obrigado a todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês." (Augusto Branco).

## RESUMO

PROCHERA, Antonio Rafael. **Balanco Social: Estudo de Caso em uma Universidade Federal.** 2015. 57 paginas. Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gestão Contábil e Financeira. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015.

Este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa em forma de estudo de caso onde se aplicou o modelo de Balanço Social desenvolvido pelo IBASE na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Câmpus Pato Branco. Optou-se por tal modelo por ser o que mais se adapta as instituições de ensino superior além de ser o mais conhecido no Brasil. O objetivo principal do trabalho foi verificar a realidade da instituição em relação às praticas de responsabilidade socioambiental. Para alcançar tal objetivo buscou-se na literatura entender os conceitos de balanço social, responsabilidade social, ambiental e econômica. A fase prática deu-se com a coleta de dados junto a chefias dos setores administrativos através de questionário semi estruturado além de levantamentos em relatórios disponíveis em sua página oficial. Apesar da indisponibilidade de algumas informações o resultado foi satisfatório e demonstrou que a instituição cumpre fatores legais relacionados a responsabilidade social e o mais importante, está trilhando um caminho direcionado a boas praticas socioambientais.

Palavras-chave: Responsabilidade Socioambiental. Ética. Indicadores Sociais.

## ABSTRACT

PROCHERA, Antonio Rafael. **Social Report : Case Study on a Federal University**, 2015. 57 pages. Work of Course of Specialization in Accounting and Financial Management . Federal Technological University of Paraná, Pato Branco. 2015.

This paper presents a qualitative approach in the form of case study which was applied to the Social Balance IBASE model developed by the Federal Technological University of Paraná - Campus Pato Branco. It opted for such a model to be what best suits the higher education institutions and is the best known in Brazil. The main objective was to verify the reality of the institution in relation to social and environmental responsibility practices. To achieve this goal we sought to understand literature in the social balance concepts , social responsibility , environmental and economic. Phase practices was given to the collection of data from the heads of administrative sectors through semi structured questionnaire surveys in addition to reports available on their official page . Despite the unavailability of some information the result was satisfactory and showed that the institution meets legal factors related to social responsibility and the most important , is treading a path directed to good social and environmental practices .

Keywords: Environmental Responsibility. ethics. Social Indicators.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
1.1 Tema e Problema .....	10
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo Geral .....	10
1.2.2 Objetivos específicos .....	10
1.3 Justificativa .....	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 Definições e contextualização de Balanço Social.....	12
2.1.1 Responsabilidade Social e Ambiental. ....	14
2.1.2 Responsabilidade Econômica. ....	18
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	21
2.3 Modelos de Balanço Social.....	25
2.3.1 GRI - Global Reporting Initiative.....	27
2.3.2 IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.....	30
2.3.3 Modelo ETHOS. ....	32
3. METODOLOGIA DE PESQUISA. ....	34
3.1 Coletas de Dados Bibliográficos.....	35
3.2 Coletas de Dados <i>In loco</i> .....	36
4. ESTUDO DE CASO. ....	37
4.1 Apresentações da UTFPR.....	37
4.2 Coleta dos dados .....	38
4.3 Análise dos dados. ....	38
4.4 Considerações sobre o estudo. ....	51
5. CONCLUSÃO. ....	52
REFERÊNCIAS.....	53

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com os impactos sociais, ambientais e econômicos causados pelas organizações públicas e privadas vem crescendo nos últimos anos. Bortoncello e Chang Junior (2007) argumentam que o termo Responsabilidade Social (RS) vem sendo utilizado em referenciais bibliográficos ao longo dos anos, mas com o passar do tempo e a partir do desenvolvimento de estudos relacionados, que sua significação foi sendo atualizada.

Primeiramente, entendia-se o termo responsabilidade social, basicamente, como a geração de emprego e conseqüentemente a obtenção de renda para as famílias da localidade onde a organização está instalada.

Atualmente, para considerar uma organização de trabalho como socialmente responsável, é necessário que ela esteja atenta às questões ambientais relacionadas ao impacto de suas atividades e instalações.

Além disso, as questões referentes ao bem estar dos colaboradores que estão diretamente ligados ao seu modo de produzir, e ainda levar em consideração o impacto que o produto final terá sobre o meio ambiente, isso quer dizer, aos colaboradores, a comunidade local e aos consumidores do produto/serviço.

A relação entre as empresas e a sociedade baseia-se num contrato social que evolui conforme o passar do tempo. Nesse contrato a sociedade legitima a existência da empresa, reconhecendo suas atividades e obrigações, bem como estabelecendo limites legais para sua atuação. Bortoncello e Chang Junior (2007, p.71),

É pertinente citar Machado (2010), que define com clareza a sua perspectiva a respeito da diferenciação do termo responsabilidade social da maneira como era utilizado a tempos atrás e de como é definido atualmente: "Algum tempo atrás, qualquer empresa que se instalasse em determinada localidade já estaria cumprindo sua responsabilidade social, gerando empregos, e promovendo desenvolvimento".

Nos dias atuais, isso é visto como obrigação, e espera-se que a empresa cuide do meio ambiente e proporcione melhores condições aos trabalhadores por meio de projetos sociais voluntários.

A respeito da maneira como o termo é utilizado teoricamente e principalmente na



realidade prática das organizações instaladas no Brasil, Trevisan (2012) defende um significativo atraso quanto as ações relacionadas a preocupação social, o autor percebe que o empresários não demonstram preocuparem-se em contribuir para o bem estar da sociedade como um todo, contudo existe uma crescente preocupação quanto as responsabilidades diretas aos colaboradores.

Trevisan (2012), defende que as organizações socialmente responsáveis têm o direito de exibir ao público suas ações relacionadas a preocupação com o bem estar social, e ainda demonstrar abertamente a comunidade quais são as suas contribuições para a localidade onde está instalada.

É nesse contexto que surge o instrumento denominado Balanço Social. “É um dos melhores instrumentos para divulgar essas ações, ele aproxima a organização da comunidade em que está instalada e com a qual compartilha o meio ambiente e as riquezas necessárias para sua operação”.

Conforme Trevisan (2012), o Balanço Social surgiu a partir da necessidade, por parte de organizações socialmente responsáveis, da existência de um método que permitisse publicar as ações desenvolvidas em prol dos colaboradores e do meio ambiente onde determinada organização está inserida.

Tinoco (1993) compartilha de opinião semelhante a respeito do Balanço Social, definindo-o como um importante instrumento de gestão: “Um Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, dentre estes os trabalhadores”.

Em relação a instituições de ensino superior, até cerca de uma década atrás, o termo Responsabilidade Social era muito pouco usado, entendendo que as mesmas não tinham retorno direto com as práticas classificadas como socialmente responsáveis, ou mesmo com aquelas que demonstrassem preocupação com o bem estar dos colaboradores e usuários do serviço, nem mesmo com a comunidade local.

A partir de 2005, quando o termo responsabilidade social passou a ser usado pelo Ministério da Educação como método de avaliação das instituições de ensino superior, ocorreu um aumento significativo da preocupação com as ações relacionadas a responsabilidade social, e o termo passou a ser utilizado com maior frequência para este fim.

A partir do momento em que a Responsabilidade Social (RS) passou a ser uma

das dimensões do instrumento de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no ano de 2005, ou seja, a instituição que possuísse ações referentes a preocupação social, a RS trouxe consigo uma interessante interpretação do Estado sobre o que seria o termo Responsabilidade Social no ensino superior brasileiro (Bolan e Motta, 2007).

## 1.1 Tema e Problema

O tema abordado nessa pesquisa é o Balanço Social. Diante da crescente busca pela melhoria no desempenho das instituições no cumprimento de seu papel social, dentro dos parâmetros considerados aceitáveis em relação à Responsabilidade Social qual a realidade vivida pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Pato Branco nos últimos dois anos?

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo de caso objetiva através da aplicação de um modelo de Balanço Social na (UTFPR), Câmpus Pato Branco, levantar informações mais próximas da realidade possível para responder a pergunta desta pesquisa contribuindo com o desenvolvimento sustentável da instituição.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) revisar a literatura especializada para identificar os principais conceitos e ferramentas relacionadas à responsabilidade social, e modelos de balanço social direcionados para instituições de ensino superior;
- b) escolher o modelo de Balanço Social que melhor se adapte a realidade da universidade alvo da pesquisa.

- c) coletar dados da pesquisa em diversos departamentos da universidade para análise e apresentação de resultados.
- d) apresentar os resultados apontando os pontos fortes e fracos identificados, assim como breves considerações sobre os resultados obtidos com apontamentos de possíveis melhorias a serem adotadas;

### 1.3 Justificativa

É fundamental que uma instituição do porte da UTFPR, com sua reconhecida competência acadêmica e seus crescentes resultados vistos durante os anos passe também a olhar com maior atenção para a questão socioambiental no que diz respeito às pessoas que a compõem assim como ao ambiente em que está inserida. Este trabalho busca tornar clara a realidade socioambiental da instituição, através do levantamento do maior numero de informações possíveis.

Diante das informações resultantes dessa pesquisa os gestores terão em mãos uma importante ferramenta de auxílio às tomadas de decisões podendo pensar em medidas para aperfeiçoar as boas praticas assim como implantar ações que até então não existiam. Da mesma forma, que os gestores, a comunidade acadêmica, servidores e a sociedade em geral terão em mãos informações uteis para conhecer melhor a realidade em que estão inseridos.

E por fim, os resultados alcançados enriquecem o meio acadêmico, com informações uteis para futuros trabalhos que poderão utiliza-as e complementá-las.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

Este capítulo apresenta uma breve revisão da literatura sobre o assunto.

### 2.1 Definições e contextualização de Balanço Social.

Para a compreensão do tema abordado, cabe primeiramente destacar que o Balanço Social é definido por Tinoco (1993), basicamente, como um instrumento de gestão, que visa a obtenção de informações econômicas e sociais sobre o desempenho das organizações.

Serra Negra, Teixeira e do Carmo (2001) descrevem o Balanço Social como um instrumento pertencente à área das ciências contábeis, surgiu na década de 1980 dentro da Universidade de São Paulo, mas ganhou fama a partir do ano de 1996, depois de uma publicação do sociólogo Herbert de Souza.

Contudo, poucas empresas o utilizam como um instrumento voltado para as questões referentes a responsabilidade social, sendo que é papel das organizações preocuparem-se com isto.

Gonçalves (1980) argumenta que o desenvolvimento do balanço social se deu conforme as crescentes cobranças relacionadas ao bem estar dos colaboradores, da sustentabilidade do ambiente e da sociedade em geral, para que seja possível um equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e a saúde econômica da organização.

A busca de um novo elemento básico na existência do homem moderno, representado pela qualidade de vida, estimulou em todos os centros acadêmicos e empresariais mais evoluídos o interesse por instrumentos de aferição do desempenho da empresa nesse campo de atividades (GONÇALVES, 1980, p.1).

Sendo assim, torna-se cada vez maior a busca por meios que facilitem a compreensão das principais medidas adotadas visando cumprir estas exigências. Pode-se afirmar que o principal método para atingir este objetivo de compreender a gestão econômica e social da organização é o Balanço Social, que por sua vez une responsabilidade social, ambiental e econômica (GONÇALVES, 1980).

Gonçalves (1980) entende que, para a organização adotar posicionamentos socialmente responsáveis visando o desenvolvimento sustentável de sua economia, é

importante avaliar os recursos disponíveis.

Para que possam desenvolver seriamente uma política racional no campo de sua responsabilidade social, as empresas deverão começar pelo levantamento de dados que permitam à sua direção ver onde se situam os problemas (GONÇALVES, 1980, p. 2).

Gonçalves (1980) argumenta que, quando a organização for avaliar a sua situação financeira em relação as suas responsabilidades sociais, é pertinente a realização de balanço social, com o intuito de verificar o percentual investido para com a melhoria da qualidade de vida dos seus recursos humanos, e também do pessoal externo. Mas é necessário manter um posicionamento neutro diante da avaliação, e ainda, a avaliação financeira permite o entendimento de outras questões importantes relacionadas a organização.

Da relação entre a empresa e a sociedade verifica-se inicialmente o que se refere a características da própria empresa, como o ramo de sua atividade e seu efetivo; em segundo lugar, todos os aspectos relativos ao relacionamento interpessoal e as eventuais consequências da atividade da empresa sobre a deterioração do meio ambiente (GONÇALVES, 1980, p.2).

Apesar de algumas pessoas acreditarem que o aspecto social da organização é imensurável, atualmente existem instrumentos capazes de avaliar tal variável. Outro problema encontrado é a difícil conscientização de alguns empresários a respeito da responsabilidade social (GONÇALVES, 1980).

Gonçalves (1980, p.2) expõe a existência de dois principais modelos para o registro de dados organizacionais que facilitam a realização do balanço social: “Um primeiro, correspondente aos objetivos da instituição, suas políticas e sua contabilidade tradicional; um segundo, referente a alguns relatórios sociais convencionais, compreendendo os registros de custobenefício dos trabalhos sociais”.

Gonçalves (1980) argumenta que é somente após a realização da coleta e do registro dos dados, e em seguida realizando o balanço social, que a organização poderá perceber o quão socialmente responsável é, e o quanto mais pode e deve investir, e também em quais áreas.

Serra Negra, Teixeira e do Campo (2001, p. 10), entende que as organizações sobrevivem a partir de recursos naturais e sociais, então é dever usufruir de maneira responsável. A sociedade tem o direito de cobrar retornos e ter consciência da

execução do trabalho social para o qual a organização destina seus recursos econômicos e produzidas a partir de bens naturais comuns a todos os indivíduos da sociedade.

### 2.1.1 Responsabilidade Social e Ambiental.

Serra Negra, Teixeira e do Carmo (2001) argumentam que é dever das organizações a responsabilidade social, não basta apenas o pagamento do investimento dado pelos colaboradores, inclusive é dever a responsabilidade com o ambiente social externo da empresa, de onde ela retira os recursos ambientais para a produção de seus bens.

A organização se sustenta a partir dos recursos naturais para a produção de sua riqueza, além de usar de recursos humanos no manejo da produção, e por fim daqueles que irão consumir.

Capra (2002) pontua que o ser humano é um ser social, ou seja, não consegue sobreviver sozinho, desde o seu nascimento está na condição de dependência de outras pessoas. Dessa maneira, as pessoas são afetadas pela maneira como as outras se comportam, neste sentido se faz importante a consciência sobre o comportamento humano e a maneira como interfere no meio ambiente como um todo que o cerca.

De acordo com Gonçalves (1984) o entendimento da RS pode se dar como um termo que ganha mais e mais destaque com o passar dos anos, e também com o desenvolvimento da sociedade, principalmente em decorrência do enfrentamento e a vivência de crises econômicas, incluindo o adoecimento da sociedade conforme o impacto das organizações de trabalho, isso referente ao trabalho propriamente dito, aos consumidores e colaboradores, e também aqueles que residem próximos as instalações.

Com a modernização do contrato social entre a sociedade e os negócios fez-se necessário entender que era preciso assumir responsabilidades a fim de corresponder às novas exigências. As dúvidas permeiam em distinguir quais são efetivamente as responsabilidades da empresa para com a sociedade e qual o limite da ação empresarial sobre estas (BORTONCELLO, CHANG JUNIOR, 2007, p.71).

Carrieri, Silva e Pimentel (2009) destacam a importância da preocupação com as questões ambientais e sociais relacionadas com a produção e o consumo de bens nas sociedades modernas, ou seja, entendem a necessidade da existência e ações socialmente responsáveis:

"As preocupações com as questões sociais e ambientais ocupam lugar de destaque na contemporaneidade. Um olhar no cotidiano de muitas cidades brasileiras evidencia a ausência ou queda de qualidade de vida de parcela expressiva da população" (CARRIERI, SILVA, PIMENTEL, 2009, p.3).

Oliveira (1984) entende o conceito RS de maneira ampla e relacionada ao espectro da administração de organizações e instituições públicas e privadas. Todas elas têm a capacidade de atender as necessidades sociais daqueles sujeitos que estão envolvidos com o seu desempenho, e a sociedade espera delas uma contribuição para com a solução de seus problemas.

A responsabilidade social abrange todo o espectro da administração, incluindo o governo, universidades, hospitais, entidades de classe, associações religiosas, enfim, as organizações em geral.

No entanto, os termos responsabilidade social da administração tomam-se sempre sinônimos de responsabilidade social das empresas, até mesmo porque a administração tem amplo controle sobre o comportamento das mesmas. Por este motivo, o presente estudo limitar-se-á ao comportamento das empresas, no que se refere a sua responsabilidade social.

"A responsabilidade social está se transformando num parâmetro, e referencial de excelência, para o mundo dos negócios e para o Brasil Corporativo." Assim Tachizawa (2010) começa o capítulo de seu livro dedicado ao assunto apontando a grandiosa relevância que o tema vem alcançando.

O assunto vem despertando interesse tanto no meio acadêmico quanto no mundo dos negócios, inclui-se no sistema governamental, com isso surgem várias definições diferentes a respeito do tema.

Há autores que acreditam que para ser considerado socialmente responsável é necessário cumprir o que é determinado por leis relacionadas e, ainda, se pense em maneiras para desenvolver a sociedade sem desobedecer as leis da natureza. Dias (2010) acredita que "uma empresa socialmente responsável é aquela que adota práticas que extrapolam seus deveres básicos, constitui-se em elementos voluntários

que implicam um comprometimento maior do que aquelas que são obrigações legais”.

Oliveira (1984) destaca as divergências de opiniões na definição da responsabilidade social: para uns, é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comportamento socialmente responsável em que se observa à ética, e para outros, ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa pode fazer.

Bertoncello e Junior (2007) expressam a seguinte definição: “A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e conseguir incorpora-los ao planejamento e estratégia de suas atividades, buscando atender as demandas de todos.

Carrieri, Silva e Pimentel (2009, p. 5) adotam a perspectiva de Shrivastava (1994) quando na explicação dos fatores que influenciam na tomada de decisão de uma organização para tornar-se socialmente responsável: "as organizações incorporam a responsabilidade social na medida em que surge uma consciência ecológica das pressões coletivas do uso da biosfera e da necessidade de manutenção dos recursos necessários à produção".

É importante destacar alguns pontos sobre as iniciativas voltadas para a comunidade onde a organização executa suas atividades, ou seja, essas iniciativas devem ser constantes, duradouras, planejadas e com finalidade de um resultado satisfatório, elas devem se diferenciar das doações eventuais que a empresa pode fazer para determinada entidade assistencial.

As ações socialmente responsáveis visam além do lucro e da satisfação dos clientes, buscam o bem estar e o progresso duradouro da sociedade onde a organização está inserida, pois a prosperidade do negócio está diretamente ligada à mão de obra fornecida pela comunidade em que se insere e ao poder aquisitivo das pessoas que tem alcance aos seus produtos, ou seja, a empresa depende do ambiente em que esta inserida tanto no processo de produção quanto no consumo final para que sua economia seja próspera.

Empresas que financiam projetos sociais bem sucedidos passam a ser bem vistas pela sociedade, ou seja, suas ações tem um impacto na imagem do serviço, colaboradores sentem-se motivados a trabalhar com uma empresa dessa natureza, clientes tem orgulho de comprar essa marca.

Governo e sociedade civil tornam-se parceiros desta empresa em seus



empreendimentos sociais. Os concorrentes reconhecem o ganho de valor desta empresa. Os funcionários sentem-se motivados em trabalhar nessa empresa. Com uma imagem fortalecida empresa ganha competitividade (BERTONCELLO E JUNIOR, 2007).

Tachizawa complementa afirmando que: O novo contexto econômico caracteriza-se por uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável.

Quando a organização consiste numa instituição de ensino, pode-se afirmar sobre a significativa responsabilidade por parte de tais instituições com a cobrança por uma postura responsável e ética. Por ser um meio acadêmico, onde está grande parte das mentes pensantes da sociedade, talvez esta cobrança seja ainda maior.

Para Bolan e Motta (2007): Uma instituição educacional considerada socialmente responsável traz para a academia os problemas da sociedade e busca soluções, intervenções, discussões e tecnologias que contribuem para que a própria sociedade possa superar esses problemas.

Atuar no desenvolvimento de soluções para as demandas da sociedade torna-se um objetivo vital na existência das universidades, desta forma a universidade cumpre seu papel social e contribui com a melhoria de vida da sociedade em geral. Com essa postura formam-se profissionais conscientes com seus direitos e deveres de cidadãos.

Quando a universidade trabalha em conjunto com a comunidade, o conhecimento é construído mais próximo das reais necessidades. O aluno aplica na prática o que aprendeu na sala de aula buscando a construção de melhorias, por outro lado, as demandas e até mesmo as soluções criadas pela sociedade entram na sala de aula e enriquecem o aprendizado.

Em instituições de ensino privadas sempre suscita um desconforto no âmbito administrativo universitário, tendo em vista o alto custo usualmente envolvido na produção científica, as dificuldades para obtenção de recursos externos e a falta de cultura organizacional para aproveitamento do capital intelectual interno disponível.

Sendo assim, grande parte das pesquisas fica a cargo das instituições públicas onde ao contrário das particulares, grande parte dos docentes são considerados pesquisadores devido a sua dedicação exclusiva a docência.

### 2.1.2 Responsabilidade Econômica.

Alguns autores defendem que a primeira responsabilidade de uma empresa seja a econômica, seu principal papel é produzir bens ou serviços para atender as necessidades da sociedade, vendê-lo com lucro, em segundo plano, não menos importante, vem às demais responsabilidades.

Bortoncello e Chang Junior (2007, p.72) argumentam que as organizações apresentam uma responsabilidade econômica para com a sociedade: produzir bens e serviços que a sociedade deseja e os vender para obter lucro sendo isto a base do funcionamento do sistema capitalista. Esse papel é indiscutível.

Gonçalves (1984) afirma que a estrutura econômica de uma sociedade, incluindo neste ponto as organizações de trabalho que movimentam o setor, gera um grande impacto na vida das pessoas que compõem tal sociedade, ou seja, em suas habitações, na maneira como se alimentam, na sua educação e no seu trabalho. O autor defende que nas sociedades modernas as organizações tem um importante papel de mediação entre o indivíduo e a sociedade. (p226).

Pode-se dizer a partir da afirmação feita por Gonçalves (1984) que as organizações estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento humano, a formação do homem dentro da comunidade em que se insere, muitas vezes exercendo uma influência maior que a própria família.

Wagner e Hollenback (2009) destacam que muito do desempenho organizacional está relacionado as questões ambientais e sociais interligadas a organização de trabalho, algumas características do ambiente físico geram determinado tipo de reação emocional negativas nos trabalhadores, como por exemplo as variações de temperatura no campo de trabalho que influenciam na tomada de decisões e no desempenho dos colaboradores.

Defendem que características físicas do ambiente de trabalho, a limpeza do local, instalações ao ar livre, os riscos apresentados à saúde do colaborador, entre outros, afetam diretamente o desempenho das funções.

Os autores citam a "síndrome do edifício doente", sendo que essa é apresentada em locais de trabalho que apresentam condições precárias na estruturação física, como por exemplo, relacionada a ventilação, desenvolvendo comportamentos nos colaboradores que visam encontrar soluções próprias para a solução dos problemas

enfrentados, mas que nem sempre são bem sucedidos, e isto acaba por gerar consequências negativas na saúde, e em decorrência disso a produção é negativamente afetada.

Sobre o ambiente social, Wagner e Hollenback (2009) declaram que este também exerce influência no desempenho dos colaboradores, tendo como componente do ambiente social os sujeitos que integram a equipe de trabalho, os superiores e colegas de trabalho, sendo que eles participam dos componentes que geram satisfação ou frustração das necessidades do colaborador, desse modo afetando o bem estar do indivíduo e conseqüentemente a sua produtividade.

Wagner e Hollenback (2009) destacam a violência no ambiente de trabalho como um dos fatores que geram maior declínio no bem estar do colaborador. Locais em que há uma alta frequência de homicídios, desrespeito com as pessoas vítimas de preconceitos devido ao seu gênero, etnia ou idade, entre outros fatores, tudo isso acarreta prejuízos econômicos.

Outro fator que é destacado por Wagner e Hollenback (2009) diz respeito a tarefa propriamente dita, ou seja, o trabalho executado pelo trabalhador, sua complexidade, seja por ser muito complicada ou que exija muito pouco investimento que o sujeito capaz de fazer. Sejam casos de tarefas repetitivas demais que são percebidas como insignificativas pelo colaborador ou casos em que a tarefa exija muito esforço físico ou psíquico do sujeito.

Wagner e Hollenback (2009) defendem que as questões relacionadas ao ambiente físico e social em que o trabalho é realizado interferem nos níveis de estresse do colaborador, quando o sujeito não consegue se adaptar a tarefa por questões relacionadas ao ambiente de trabalho, ele exibirá um baixo compromisso com a organização. Pode-se expor que, a insatisfação com o trabalho é a maior causa do declínio do compromisso organizacional, entendendo como compromisso o investimento do sujeito para com a atividade realizada.

Além disso, desempenho econômico pode ser confundido com a saúde geral da organização, está gerando lucro está tudo bem, a partir do momento que o lucro diminui passa a se preocupar, isso sem levar em consideração o bem estar da sociedade e do meio ambiente.

Capra (2002, p.98) argumenta sobre a instabilidade econômica que as empresas enfrentam nos dias atuais. "Atualmente, o ambiente econômico da maioria

das empresas muda com incrível rapidez, fusões e aquisições impõem radicais mudanças estruturais e culturais às empresas envolvidas".

Gerar riquezas é o principal objetivo de uma empresa, isso deve ocorrer de maneira responsável respeitando uma série de fatores que irão influenciar na longevidade do negócio. Produzir pensando no presente e no futuro, buscando meios de diminuir custos e elevar receitas melhorará a saúde econômica.

Administrar bem as receitas, buscando comprar pelo menor preço médio e vender a um valor competitivo, buscando boa relação com o consumidor deve fazer parte da estratégia de negócio.

(Capra, 2002) entende que os administradores hábeis sabem que, no ambiente econômico turbulento em que vivemos o desafio é encontrar o reto equilíbrio entre a criatividade do surgimento espontâneo e a estabilidade do planejamento. (p.121).

Quando se trata de instituição pública deve se levar em conta o fato de estar trabalhando com dinheiro público, geralmente repassado por órgãos governamentais. Dinheiro este que é destinado para promover o bem estar da população e promover o desenvolvimento local.

A fiscalização e as exigências pelos resultados são grandes, fazendo com que os gestores sigam rigorosamente longos processos burocráticos definidos por lei, na tentativa de diminuir o desperdício de dinheiro público intencional ou não e ainda evitar atos de corrupção.

Sendo assim cabe aos gestores trabalhar com responsabilidade, sabendo que deverá prestar contas de seu trabalho. Cabe a sociedade acompanhar e cobrar o bom uso dos recursos públicos e a apuração de possíveis irregularidades.

"Quanto mais compreendemos a natureza da vida e tomamos consciência de o quanto uma organização pode ser realmente viva, tanto maior é a nossa dor ao perceber a natureza mortífera do nosso atual sistema econômico". Assim (CAPRA, 2002, p.125-126) define a difícil relação entre o respeito a vida humana e as organizações cada vez mais desumanas.

Carrieri, Silva e Pimentel (2009) compartilham pensamento de Martinelli (1997) afirmando que algumas organizações preferem adotar práticas sustentáveis visando uma maior lucratividade em seus negócios, já outras adotam este posicionamento porque seus gestores têm uma verdadeira preocupação com o meio ambiente e social.

Contudo, os autores concluem afirmando. "É esperado que as organizações

buscassem construir uma impressão positiva em seu público-alvo, e que para isso gerenciem uma imagem de responsabilidade social que incorpore a temática ambiental” (CARRIERI; SILVA, PIMENTEL, 2009, p. 4).

As ações governamentais e outras que incentivam ações sustentáveis podem impulsionar e muito tais ações dentro das organizações, e essas passam a abraçar a causa, pois percebem as mudanças positivas provenientes das atitudes tomadas. (CARRIERI; SILVA, PIMENTEL, 2009).

## 2.2 Desenvolvimento Sustentável.

Desenvolvimento Sustentável, duas palavras que representam um equilíbrio, para muitos, difícil de colocar seus significados em prática de forma conjunta. Mas que quando ambas são encontradas juntas representam o desenvolvimento com responsabilidade e com a preocupação com a conservação do passado, o bem estar no presente e a manutenção do futuro.

Cavalcanti (1994) assevera que a palavra sustentabilidade ainda é pouco entendida por uma parcela da população, há aqueles que são realmente leigos e os que acham o assunto um modismo. Apesar disso, a sua importância é indiscutível, não se pode pensar em desenvolvimento econômico sem respeitar as leis da natureza, a evolução dos interesses econômicos não podem entrar em conflito com a evolução da biosfera, apesar desta ter sido uma realidade nos últimos 50 anos.

Sachs (2010) argumenta que o mundo passou por um processo de intensa transformação na maneira de trabalhar e produzir bens que visam a satisfação das necessidades dos membros da sociedade moderna, muitos produtos foram inventados e ocorreram mudanças na forma como as pessoas vivem a partir de invenções nos setores de transporte e de comunicação, porém estes avanços tecnológicos também trouxeram consequências negativas na natureza e na maneira como as pessoas interagem em sociedade.

O desenvolvimento sustentável deve ser abordado em esfera pública ou privada. Para Sachs (2010), não é uma questão que deve ser abordada apenas pelo sistema governamental, ou pelo do estado que é capaz de regular a economia de modo mais consistente, mas de toda a população e principalmente das organizações de trabalho e consumidores.

Cavalcanti (1994) argumenta que para que possa ocorrer o desenvolvimento sustentável, é necessário que as organizações realizem um amplo plano de ação, e o executem, para isso acontecer é preciso estar envolvendo todas as ciências relacionadas a compreensão das leis da natureza, tal movimento pode ser chamado de economia ecológica. Para estes autores, resumidamente, a sustentabilidade expressa o cuidado com a ecologia para a preservação das sociedades atuais e suas futuras gerações.

Sachs (2010) defende que é necessário voltar o olhar para os diferentes setores que movimentam a economia, também entende a necessidade de voltar os investimentos por parte do estado para além das grandes indústrias e organizações, mas levar em consideração as pequenas empresas empreendedoras, setores da economia que antes eram ignorados como contribuintes para a economia. Neste caso, inclui-se as pequenas propriedades rurais.

No caso do Brasil, porém, a maior jazida de empregos e auto empregos se encontram no campo, num novo ciclo de desenvolvimento rural. O Brasil possui grandes reservas de terras agrícolas ainda não exploradas e pastos extensivos que podem ser convertidos em cultivos. Os recursos em água ainda são abundantes, fora do Polígono das Secas no Nordeste, os climas são variados e favoráveis à produção (SACHS, 2010, p. 34).

Cavalcanti (1994) observa que a economia não é vilã ou inimiga da natureza, pelo contrário, ambas caminham juntas. O trabalho humano é realizado na natureza, transformando-a para a satisfação de suas necessidades. Uma vez que, as leis da natureza são inflexíveis, o desenvolvimento sustentável deve levar em consideração as limitações impostas pela natureza.

Neste ponto, é importante revelar que Marx (1999) entende o trabalho acontecendo em uma relação entre o homem com sua natureza interna composta por seus desejos, necessidades, objetivos, e a natureza externa na qual ele atua para realizar seus desejos, necessidades e objetivos.

Desse modo, transformou e continua a transformar a natureza com o desenvolvimento tecnológico e científico produzido ao longo dos anos ao mesmo tempo em que ele mesmo se transformou, alterando toda a organização social, desenvolvendo uma nova configuração das estruturas em que o trabalhar acontece, ou seja, ao longo do tempo enquanto o homem atuava sobre a natureza com o fim de transforma-la para atender às suas exigências básicas como alimentação, moradia, bem-estar, saúde, etc.

Fato que impactou de formas positivas e negativas sobre a natureza e a sociedade na criação de tecnologias, mas também alterou sua relação com o trabalho. O trabalho para realização de qualquer produto passou do modo artesanal ao modo industrial, passando da produção integral feita por um mesmo trabalhador para a produção seccionada por vários colaboradores.

Cavalcanti (1994) afirma que a natureza apresenta sua própria regulação através de seus ciclos determinados, funciona de forma a garantir equilíbrio de suas variáveis, contudo, a produção capitalista acontece de modo desrespeitoso com esses fatores. Uma produção sustentável deve em primeiro lugar considerar os ciclos naturais, limitando os fluxos de produção.

Sachs (2010) defende a existência de planos estratégicos que não dependem exclusivamente das ações governamentais, e que estas serão cada vez mais frequentes nos anos que seguem. Uma vez que, o trabalhar é uma ação moldada socialmente, ou seja, é no contexto social em que ele é executado que ocorre o planejamento estratégico da sua execução.

Para Bock, Furtado e Teixeira (1999, p.88) o trabalho é um conjunto de ações que visam à satisfação de necessidades, muitas destas criadas pela sociedade, mas o trabalho em si é criado e moldado socialmente.

Cavalcanti (1994) entende que o desenvolvimento sustentável é possível quando na existência de um plano estratégico construído a partir de uma abordagem multidisciplinar e transdisciplinar.

Neste ponto, podemos argumentar a importância das instituições de ensino que formam estes profissionais, e que os alunos ainda em formação também entram em contato com a comunidade, e podem estar mais próximos ainda, para desenvolver ações que promovam uma economia sustentável.

Uma vez que, é na instituição de ensino que se formam os profissionais que mais tarde estarão atuando dentro das organizações, neste ponto é válido ressaltar que é na formação profissional que deve ser desenvolvida a consciência a respeito do desenvolvimento sustentável.

Cavalcanti (1994) aponta que conferências e encontros são realizados com o intuito de discutir planos e estratégias que consigam desenvolver soluções para o problema enfrentado atualmente, quando o desenvolvimento econômico entra em conflito com a natureza.

Contudo, o autor entende a existência da possibilidade do desenvolvimento sustentável, mas, além disso, é impossível que a economia prossiga em rota de colisão com a natureza. "O grande desafio da economia da sustentabilidade é exatamente desenvolver métodos para integrar princípios ecológicos e limites físicos no formalismo dos modelos econômicos prevalentes" Cavalcanti (1994).

Brüseke (1996) (apud CAVALCANTI, 1994) comenta sobre uma publicação intitulada "Clube de Roma", que consiste em estudos a respeito da limitação do desenvolvimento econômico. O autor cita as conclusões obtidas pelo grupo de pesquisadores, entre elas, entende que se o limite de crescimento populacional e o impacto deste crescimento continuar, a vida na Terra estaria extinta em torno de um século, devido as precárias condições de existência e de desenvolvimento econômico.

Tal quadro pode ser revertido se for encontrada a estabilidade ecológica juntamente com a economia, nesse caso, ressaltando a igualdade entre os seres humanos. Sendo assim, quanto mais cedo começarem os esforços, mais bem sucedidos seremos.

Brüseke (1996) (apud CAVALCANTI, 1994) comenta que Maurice Strong em 1973 usou o termo eco desenvolvimento, que significa buscar o desenvolvimento econômico de maneira sustentável.

Brüseke e Ignacy Sachs (1996) compartilha a definição dos seis aspectos básicos do desenvolvimento: "a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais; e) a garantia de emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação".

Além destas, Brüseke (1996) (apud CAVALCANTI, 1994) cita outros momentos em que a comunidade científica parou para refletir sobre a temática da necessidade de se adotar práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Entre eles estão a Declaração de Cocoyok em 1974, O Relatório Dag-Hammarskjöld em 1975, A UNCED no Rio em 1992.

Cavalcanti (1994) sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual.

Brüseke (1996) (apud CAVALCANTI, 1994) defende que a existência de teorias



que abordem o desenvolvimento sustentável é de suma importância, mas deve-se considerar a limitação de suas verdades impostas, contudo, as práticas são de extrema necessidade, o planejamento estratégico e a execução de ações. O autor ressalta que nem sempre as teorias disponíveis irão explicar a realidade de todos os locais, por isso preciso o investimento para com o desenvolvimento de conhecimentos próprios de cada localidade.

Segundo Bortoncello e Chang Junior (2007) podemos afirmar que, com o desenvolvimento econômico das sociedades ocorrido de uma maneira muito intensa no século XX, problemas socioambientais foram gerados, acabando por colocar em risco a biodiversidade na Terra. A partir dos anos de 1970 surgiram algumas discussões a respeito da necessidade de existir planos estratégicos que embasem o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo e de maneira igualitária (p71).

### 2.3 Modelos de Balanço Social.

Além de ser um instrumento direcionado à sociedade, o balanço social também auxilia na administração e gerenciamento da organização, pois permite a percepção qualitativa e quantitativa das suas políticas e também da sua relação com o ambiente e a sociedade. Pode auxiliar o processo de melhoramento das estratégias organizacionais. (KROETZ, 2000).

O balanço social é um instrumento que permite a divulgação das ações socialmente responsáveis por parte das organizações, uma vez que, na atualidade não é só o produto materializado em si que vai fazer com que a empresa tenha lucros, mas também a sua imagem perante a sociedade (KROETZ, 2000).

Contudo, na realização dos balanços sociais é preciso ter o cuidado de manter a privacidade dos colaboradores, o sigilo das informações que são relevantes apenas à empresa e não agregariam no relatório, ou seja, declarar apenas o necessário, excluir opiniões subjetivas mantendo somente o que se apresentar de forma objetiva e for de utilidade no processo. (KROETZ, 2000).

Barbieri (2007) comenta sobre a realização de relatórios ambientais, nos quais a organização pode divulgar os aspectos ambientais da organização, como o impacto ambiental produzido por ela e qual os planos relacionados. Sendo que, é dever legal da

organização realizar a exposição de alguns fatores, neste caso, principalmente nas organizações públicas, outros relatórios são feitos e até publicados de maneira espontânea e exibidas a quem interessa os dirigentes.

"Existem diversas metodologias para a elaboração do Balanço Social, sendo que, no Brasil, geralmente são utilizados os modelos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (denominado modelo IBASE); o modelo internacional denominado GRI (*Global Reporting Initiative*) e o modelo do Instituto Ethos" (SILVA, KRAUTER, 2013, p.5).

Kroetz (2000) entende o balanço social como uma forma de prestação contas à sociedade, "representa a demonstração dos gastos e da influência das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade com que interage no espaço temporal passado/presente/futuro" (p.78).

Bassetto (2010) discorre sobre os modelos de balanço social, fazendo a citação de um texto exposto pelo Instituto Ethos (2006), que aponta para a disponibilidade de três principais modelos de balanço social, dois deles brasileiros, o Ethos e o IBASE, e um internacional, o GRI, sendo que, é importante ressaltar que "o Balanço Social contemple os seguintes conteúdos: indicadores de desempenho econômico, indicadores de desempenho social e indicadores de desempenho ambiental" (p.643).

Conforme Barbieri (2007), a divulgação dos relatórios pode ser feita por meio da utilização de modelos próprios ou padronizadas, até mesmo fazendo uma mescla dos dois. "Uma tendência atual das iniciativas voluntárias em termos de comunicação externa é a de propor relatórios que incluam questões ambientais, sociais, econômicas e outras relacionadas, como o balanço social do IBASE e o modelo do GRI" (p.262).

O balanço social é de uso dos colaboradores, acionistas, diretores, fornecedores, clientes, da sociedade em geral, dos governos, dos estudiosos e pesquisadores, sindicatos e até mesmo dos concorrentes (KROETZ, 2000).

Barbieri (2007) revela que, existem distintos modelos padronizados criados no Brasil e em outros países, porém, todos apresentam o mesmo objetivo que é "divulgar a atuação da empresa no campo social durante o ano para um público diferenciado" (p.264).

A adoção de modelos padronizados é recomendada por Barbieri (2007), pois permite a comparação com outros relatórios aplicados, e ainda, evita que a organização considere apenas os pontos favoráveis, impedindo que o público conheça

a imagem real da organização.

Existem diversos benefícios obtidos através da aplicação de um balanço social, entre eles pode-se destaca a redução de riscos sociais e ambientais, diminuição de custos, oportunidades de mercado, melhoria da credibilidade, avaliação de custos, aumento do comprometimento dos colaboradores, e de uma forma geral acaba por melhorar a qualidade social da organização (KROETZ, 2000).

### 2.3.1 GRI - Global Reporting Initiative.

O Instituto Ethos (2007) declara que no exterior é mais frequente a realização de balanços sociais, e o modelo geralmente utilizado é o GRI. "Desenvolve e atualiza periodicamente um conjunto formado por estrutura, diretrizes e protocolos técnicos para elaborar relatórios de sustentabilidade com base no diálogo com múltiplos seguimentos". (BARBIERI, 2007, p.270).

Barbieri (2007) pontua que, um dos principais valores dispostos pelo GRI é a transparência, ou seja, é sugerido que seja revelado com total veracidade os dados coletados, sendo esse o principal aspecto relacionado a responsabilidade social. Os indicadores são direcionados a sustentabilidade econômica, ambiental e social.

A GRI é uma rede internacional lançada em 1997 pelo programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pela CERES que em tradução livre significa Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis, entidade norte-americana que reúne especialistas e organizações, entre elas ONGs, empresas e universidades (p.7).

Barbieri (2007) escreve sobre a GRI, sendo ela uma iniciativa voluntária desenvolvida em ligação com a CERES e o PNUMA. "Tem por objetivo promover e disseminar nas organizações a prática de medir o seu desempenho em termos ambientais, sociais e econômicos, e divulgar os resultados como forma de prestação de contas à sociedade" (p.270).

A missão do GRI é tornar os balanços sociais tão difundidos quanto os relatórios financeiros corporativos. Para isso, ela se empenha em produzir e disseminar um modelo que possa ser aplicado globalmente. A importância de padronizar os balanços

sociais elaborados por empresas de setores ou países diferentes é criar um instrumento que permita comparações entre elas quanto ao desempenho obtido e aos desafios e soluções encontradas (INSTITUTO ETHOS, 2007, p.8).

Bassetto (2010) comenta sobre o importante modelo disponibilizado pelo (GRI), cuja estruturação se dá embasada em dois pressupostos básicos, um deles é a comparabilidade e o outro a flexibilidade, "a primeira liga-se à meta de desenvolver uma estrutura paralela aos relatórios financeiros. A segunda considera as diferenças legítimas entre organizações e entre setores da economia, atuando de modo flexível o suficiente para acomodar essas diferenças" (p. 643).

A GRI estabelece princípios essenciais para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização e esses representam metas que os elaboradores tentam atingir e também devem ser aplicados pelas organizações na elaboração de seus relatórios (BASSETTO, 2010, p.643).

O Instituto Ethos (2007) destaca que a GRI no ano de 2006 lançou um modelo revisado das Diretrizes para relatórios de sustentabilidade, o GRI G3, publicada pelo Instituto Ethos no Brasil. Pode-se destacar a existência de dois modelos-padrão do instrumento denominado Balanço Social, um deles é proposto pelo IBASE, e o outro é sugerido pelo instituto Global Reporting Initiative, conhecido como GRI.

A terceira versão GRI (G3) é considerado bastante avançado se comparado aos anteriores, ao segregar o conteúdo do relatório em três categorias. Seu perfil fornece informações que ajudam no entendimento da organização, inclusive do seu desempenho geral, estratégia e governança. Forma de gestão, descrevendo a forma como a empresa trata determinados temas considerados cruciais. E apresenta Indicadores de desempenho que possibilita comparar desempenhos econômico, social e ambiental (OLIVEIRA, et. al., 2014, p. 403).

Oliveira (2005, p.5) define o GRI - 3 como modelo surgido do movimento de integração entre os diversos movimentos que defendem a responsabilidade socioambiental. O modelo tenta difundir a importância de publicarem-se balanços sociais e uma padronização mínima que os balanços devem ter para que sejam de utilidade globalmente.

Bassetto (2010) cita a descrição realizada pelo Instituto Ethos (2002) sobre o GRI, a adoção dos princípios pressupostos, como a transparência e a inclusão,

permitindo uma visão clara sobre as questões econômicas, ambientais e sociais.

Permite avaliar o desenvolvimento econômico dentro da organização, dentro dos princípios da sustentabilidade, quando ocorre um equilíbrio entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais.

No entanto, a GRI reconhece que, como toda simplificação de conceitos complexos, esta definição tem suas limitações. Ela pode constituir, em alguns casos, a noção de que cada esfera deva ser analisada isoladamente antes de uma abordagem integrada. Sendo necessário adequar as particularidades de cada relatório com o objetivo de aumentar a comparabilidade de informações, visto que os indicadores econômicos, ambientais e sociais são tratados individualmente na matriz da GRI (INSTITUTO ETHOS, 2002 apud BASSETTO, 2010, p.644).

<b>PRINCÍPIOS DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI).</b>	
<b>Princípios para definir o conteúdo do relatório</b>	<b>Princípios para assegurar a qualidade da informação</b>
<b>Materialidade:</b> a informação em um relatório deverá cobrir tópicos e indicadores que refletem os impactos econômicos, sociais e ambientais significativos ou que influenciarão substancialmente as avaliações e decisões das partes interessadas.	<b>Equilíbrio:</b> o relatório deverá refletir os aspectos positivos e negativos do desempenho da organização relatora, para permitir uma avaliação fundamentada do desempenho global.
<b>Inclusão das partes interessadas:</b> a organização relatora deverá identificar suas partes interessadas e explicar como ela tem respondido às suas expectativas no relatório.	<b>Comparabilidade:</b> as questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas consistentemente, de modo que as partes interessadas possam analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e em relação a outras organizações.
<b>Contexto da sustentabilidade:</b> o relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.	<b>Exatidão:</b> a informação relatada deverá ser suficientemente precisa e detalhada para que as partes interessadas possam tomar decisões informadas
<b>Abrangência:</b> a cobertura dos tópicos relevantes e materiais, e a definição dos limites do relatório deverão ser suficientes para que as partes interessadas possam avaliar o desempenho econômico, ambiental e social da organização no período relatado.	<b>Clareza:</b> a informação deverá ser disponibilizada de modo compreensível e acessível às partes interessadas usuárias do relatório. <b>Confiança:</b> a informação e os processos usados na preparação do relatório deverão ser registrados, compilados, analisados e divulgados de modo que possam ser verificados quanto à qualidade e à materialidade das informações.

Quadro 1: Princípios Da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Fonte: *Sustainability reporting guidelines* (2006 apud barbieri 2007, p. 271)

Os princípios do modelo estão relacionados ao conteúdo e a qualidade das

informações contidas no relatório. A seleção das informações deve ser de modo a priorizar aquelas que possuem maior impacto econômicos, sociais e ambientais. A abrangência do relatório deve ser tal que permita a avaliação do desempenho econômico, ambiental e social.

A qualidade das informações deve ser confiável, mostrando pontos positivos e negativos do desempenho da organização permitindo comparar as mudanças que vier a ocorrer durante o tempo.

### 2.3.2 IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Para as organizações que utilizam o modelo do IBASE, o instituto oferece um selo próprio, o Balanço Social IBASE/Betinho para isso é necessário o preenchimento total do relatório, sem ignorar nenhum item, inclusive o IBASE realiza uma consulta pública para verificar se é coerente a organização receber o selo, sendo que para isso a empresa depende da opinião de seus funcionários e da sociedade (BARBIERI, 2007).

O modelo do IBASE apresenta como objetivo central apresentar à sociedade em geral as ações organizacionais que são classificadas como socialmente responsáveis. Consiste num conjunto de indicadores sociais, ambientais, e outras ações empresariais que demonstram comprometimento com os deveres para com a comunidade. É um modelo simples e objetivo para que a divulgação possa ser realizada em qualquer contexto devido a sua fácil compreensão (BARBIERI, 2007).

No Brasil, os estudos e aplicação de instrumento para a realização de balanços sociais se iniciou em torno da década de 1980 através do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) sob a supervisão do sociólogo Herbert de Souza, seu maior objetivo era promover a transparência nas organizações públicas e privadas (OLIVEIRA, 2005).

No ano de 1997, o sociólogo promoveu campanhas que estimularam a publicação de balanços sociais, sendo que ele mesmo propôs um modelo denominado IBASE. Nasceram, então, os balanços sociais como os conhecemos hoje, voltados também para o público externo das empresas. O IBASE foi a primeira organização não governamental a publicar o próprio balanço.

Tal modelo foi desenvolvido em conjunto com pesquisadores, técnicos e

representantes de instituições públicas e privadas, conseguiu o aval da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda que tem entre suas funções disciplinar, normalizar e fiscalizar a atuação dos integrantes do mercado nacional (SILVA, KRAUTER, 2013, p.5).

O Instituto ETHOS (2007) reconhece a importância do modelo para pesquisas sobre balanços sociais afirmando que no Brasil, o sociólogo Herbert de Souza, Betinho, então presidente do IBASE, lançou uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social e propôs um modelo simplificado de auto avaliação das práticas das organizações (p.18).

Isto catalisou a publicação de balanços sociais por diversas empresas. O modelo foi aperfeiçoado algumas vezes e hoje serve como um referencial no Brasil e no exterior. Além disso, existem diversas organizações consideradas líderes de seguimentos que incentivam e trabalham para a divulgação de informações socioambientais pelas empresas (Oliveira 2005, p. 4).

O modelo é inspirado no formato dos balanços financeiros. Expõem, de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Em forma de planilha reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários, a participação nos lucros. Também detalha as despesas com controle ambiental e cultura, saúde, etc. (INSTITUTO ETHOS, 2007, p. 7).

PRINCIPAIS ABORDAGENS BALANÇO SOCIAL IBASE	
1	Identificação da Instituição
2	Origens dos Recursos
3	Aplicação dos Recursos
4	Indicadores Sociais Internos
5	Projetos, ações e contribuições sociais.
6	Outros indicadores (Alunos)
7	Indicadores Sobre o corpo Funcional
8	Qualificação do corpo Funcional
9	Informações sobre ética e responsabilidade social

Quadro 2 – Modelo de balanço social IBASE. (RESUMO)

Fonte: O autor.

O modelo de balanço social desenvolvido pelo instituto IBASE, é o primeiro desenvolvido no Brasil. Destaca-se por sua objetividade e simplicidade, de fácil entendimento e utilização. Foi desenvolvido em 2007 e foi adaptado durante os anos seguintes. É um modelo bastante completo, baseado em balanços financeiros.

### 2.3.3 Modelo ETHOS.

O modelo ETHOS destacava as variáveis relacionadas aos processos de gestão, incentivando a transparência dos processos realizados (OLIVEIRA, 2005).

Para o Instituto Ethos (2006), Responsabilidade Social Corporativa integra o conjunto de interesses das empresas, além do desenvolvimento socioeconômico das comunidades do entorno. Para tanto, os tipos de relacionamento entre as partes envolvidas, formalizados contratualmente ou não, expressarão a complexidade de interesses e expectativas dos diferentes agentes e serão avaliados sob três dimensões: econômica, social e ambiental (p.910).

De acordo com o Instituto Ethos (2007, p.8), o instrumento é caracterizado como: Baseado num relato detalhado dos princípios e a das ações da organização incorpora planilha proposta pelo IBASE e sugere um detalhamento do contexto da tomada de decisões dos problemas encontrados e dos resultados obtidos.

O instituto ETHOS defende a necessidade de os balanços sociais adquirirem credibilidade e consistência comparáveis às dos balanços financeiros.

O Instituto Ethos (2007) defende que o balanço contenha: relevância, veracidade, clareza, comparabilidade, regularidade e verificabilidade.

Desde sua criação, em 1988, o Instituto Ethos participa do debate sobre o balanço social como instrumento de gestão de práticas empresariais socialmente responsáveis. Desde 2001 publica anualmente o "Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial", uma ferramenta que orienta as empresas interessadas em promover um autodiagnóstico de sua postura ética e seu grau de responsabilidade social (INSTITUTO ETHOS, 2007, p.18).

Considerando que, o GRI e o IBASE são os instrumentos mais utilizados no Brasil, o Instituto Ethos (2007) aponta estar investindo na produção e atualização do seu modelo, contudo, os três estão direcionados a possibilitar uma maior transparência das atividades organizacionais.



Silva e Krauter (2013) argumentam que, nos últimos anos, está diminuindo o uso do IBASE para a realização de balanços sociais, sendo que algumas empresas passaram a adotar o modelo do GRI, devido ao fato de que este instrumento é internacionalmente reconhecido e tido como mais abrangente.

Em sumula os três modelos pesquisados apresentam grande semelhança, diferenciando-se apenas na forma de apresentar as informações sem interferir na em sua qualidade.

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA.

No capítulo da metodologia da pesquisa encontra-se o enquadramento metodológico, neste caso trata-se de uma pesquisa qualitativa. GODOY (1995b, p.25) aponta a existência de, pelo menos, três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. O estudo de caso visa ao exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular.

Portanto o presente trabalho é considerado um estudo de caso por permitir um aprofundamento no conhecimento relacionado as praticas de responsabilidade social e ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus Pato Branco (UTFPR - Pato Branco). Localizada na região norte da cidade de Pato Branco, região sudoeste do estado do Paraná, na rodovia PR 493 km 01 denominada via do conhecimento Km 01.

Para Gil (1991), o estudo de caso tem como característica o estudo profundo de um objeto ou de poucos objetos de forma ampla detalhando o conhecimento, pois busca investigar uma situação dentro de contexto real e local, ocorrendo em uma única fornecedora de fonte de dados, sendo então um único caso específico a ser pesquisado.

O presente trabalho caracteriza-se por ser um estudo exploratório-descritivo. Exploratório, que segundo Gil (2002) consiste na busca de uma maior familiaridade com o problema de estudo de forma a torná-lo mais evidente, e neste sentido esta pesquisa buscou aprofundar o conhecimento das praticas sociais e ambientais da instituição pesquisada. Por outro lado é descritiva, pois objetiva descrever as características encontradas no estudo de caso.

A coleta de dados foi entre fevereiro e maio de 2015 com entrevistas semiestruturadas em diversos setores da instituição. Buscou-se junto aos chefes de setores o maior numero de informações possíveis para viabilizar este estudo de caso.

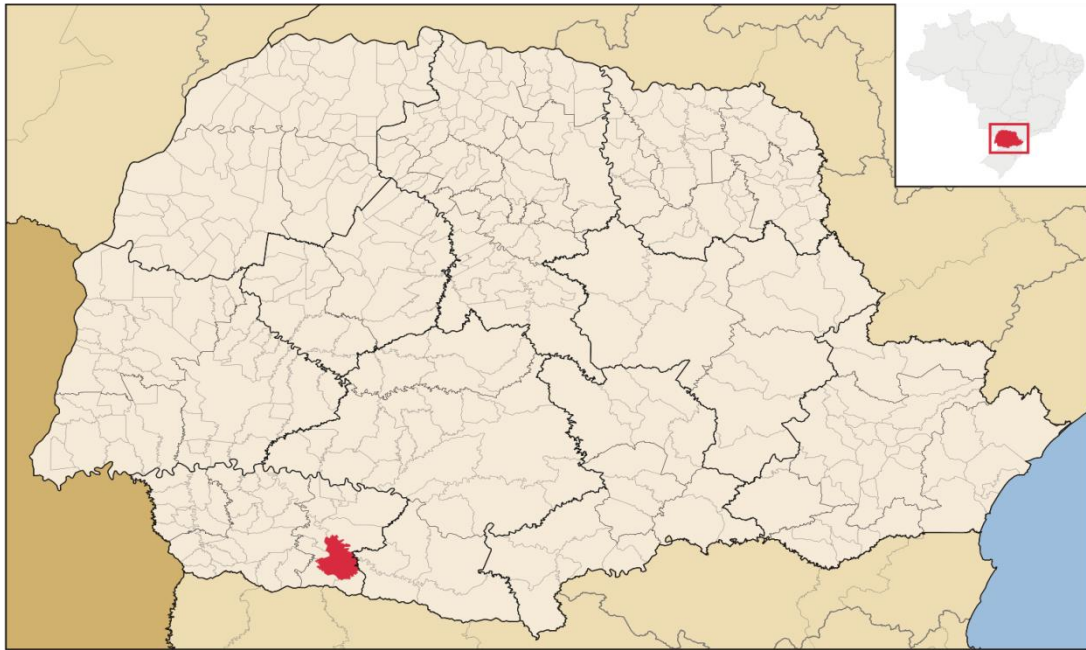


Figura 1 - Localização do município de Pato Branco no mapa do estado do Paraná

Fonte: Google Imagens.

### 3.1 Coletas de Dados Bibliográficos.

Realizou-se breve pesquisa bibliográfica visando identificar o que já foi feito sobre o assunto escolhido para ser pesquisado. Apurou-se também o modelo de Balanço Social mais adequado.

Verificou-se a existência de três modelos de balanço social, dois nacionais, conhecidos como modelo IBASE e modelo Ethos e um estrangeiro conhecido como modelo GRI. Optou-se pelo modelo IBASE por ser mais difundido no Brasil e mais adaptado para o estudo em questão.

O modelo escolhido apresenta indicadores mais claros em relação a docentes e discentes procurando evidenciar a qualificação dos docentes, porém todos os modelos falham em não apresentar informações quando aos resultados obtidos em relação ao que é esperado de uma instituição de ensino, ou seja, dados sobre aqueles que realmente concluem o curso.

Diante da necessidade de dar embasamento teórico a pesquisa buscou-se em periódicos, monografias e livros de autores conceituados que abordam o tema pesquisado.

Pesquisa bibliográfica é a pesquisa realizada através de materiais já publicado em livros, revistas, jornais, meios eletrônicos acessíveis ao público em geral (VERGARA, 2000).

Esta etapa foi executada basicamente em busca ao acervo de livros na biblioteca do Câmpus da UTFPR Pato Branco. Foram utilizados cinco títulos selecionados em um universo de quinze.

Como forma de complementar a pesquisa usou-se a internet através de pesquisa de palavras chaves no portal “Google acadêmico”. Tal pesquisa encontrou 70.700 resultados. A partir desde resultado foi selecionado os artigos científicos mais citados onde se extraiu 100 títulos. Destes 100 títulos foi filtrado aproximadamente vinte dos quais alguns estão presentes no referencial deste trabalho.

### 3.2 Coletas de Dados *In loco*.

A coleta em loco foi realizada basicamente questionando os chefes de diversos setores através de questionário semiestruturado. Houve o empenho nessa etapa para que o trabalho alcance seu principal objetivo que é a coleta de maior numero de informações possíveis e verificar a pratica da responsabilidade social na instituição.

Por se tratar de estudo de caso buscaram-se dados concretos, números relacionados aos temas abordados pelo modelo escolhido relacionado aos anos de 2013 e 2014.

Outra ferramenta utilizada foi o Relatório de Gestão dos anos contemplados pela pesquisa, disponíveis na página oficial da instituição na internet.

#### 4. ESTUDO DE CASO.

Este capítulo destina-se a apresentação da instituição alvo do estudo, os dados coletados e os resultados obtidos.

##### 4.1 Apresentações da UTFPR.

O Câmpus Pato Branco da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR foi fundado em 1990 com o nome de Centro Federal de Educação Tecnológica (extinto CEFET) devido a um programa de expansão e melhoria do ensino técnico, tendo iniciado as aulas em março de 1993 com 442 alunos em dois cursos técnicos, contando com 22 professores e 57 técnicos administrativos.

Em outubro de 2005 o governo federal a transformou em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Com isso iniciou-se uma nova fase com grandes investimentos de expansão da nova universidade federal.

Em 1997 foi implantado o primeiro curso de engenharia no Câmpus e a ampliação dos cursos de licenciatura. No mesmo ano teve início o Programa de pós Graduação *Strictu Sensu* de Agronomia, o primeiro do Câmpus.

Em 2008 houve a aprovação e assinatura do projeto REUNI, firmado entre o Ministério da Educação MEC e a UTFPR, com isso pode-se expandir a estrutura física do câmpus que possibilitou a abertura de novos cursos e o início do programa de mestrado em Engenharia Elétrica.

Em 2010 as mudanças continuaram com a contratação de novos docentes e técnicos administrativos, ampliação de vagas com a conclusão da construção de novas salas de aula, além das obras o câmpus recebeu diversos equipamentos e laboratórios para equipar os novos cursos.

Atualmente a UTFPR Pato Branco conta com aproximadamente 3.300 alunos, 397 colaboradores entre temporários e efetivos dentre eles 307 são docentes e 90 técnicos administrativos.

## 4.2 Coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada mediante visita aos setores relacionados a recursos humanos, financeiro, secretaria acadêmica além da direção do Câmpus e suas diretorias, contatando com a chefia de cada setor informando-os de que se trata de uma pesquisa acadêmica, e a qual dependia da colaboração de todos.

Os dados foram coletados seguindo os parâmetros do modelo de Balanço Social desenvolvido pelo IBASE. A escolha deste modelo foi motivada por este ser um modelo criado e amplamente conhecido no Brasil, de fácil compreensão e que mais se adapta em instituições de ensino.

Sendo grande a semelhança entre os principais modelos de Balanço Social o que mais influenciou na escolha foi definitivamente o fato de ser um modelo nacionalmente conhecido.

Além da entrega de formulários aos chefes de cada setor pesquisado, realizaram-se entrevistas semiestruturadas e conversa informal que contribuiu com o esclarecimento de muitas dúvidas. Outra fonte importante de informações foi o relatório de gestão dos anos 2013 e 2014 disponíveis na página oficial da UTFPR na internet.

Essa coleta de dados ocorreu entre os meses de março e abril de 2015, percebeu-se que apesar de muitas vezes dispor de pouco tempo para levantar as informações, demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa. Algumas informações não fornecidas por sistemas computadorizados foram levantadas através de conferência manual de relatórios e arquivos.

## 4.3 Análise dos dados.

Depois de coletados os dados, essa seção apresenta os principais resultados obtidos no estudo. O balanço social divide-se em nove tópicos. Todos serão expostos individualmente acompanhados de breve comentário e apontamentos.

Identificação da instituição	
Nome da Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.	Tipo/categoria: Ensino Superior.
Natureza jurídica:	( ) Associação ( ) Fundação (X) Autarquia.
Sem Fins lucrativos?	(X) sim ( ) não.
Isenta de cota patrimonial do INSS?	(X) sim ( ) não.
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)?	( ) Sim (X) não;
Possui Registro no:	( ) CNAS ( ) CEAS ( ) CMAS.
De utilidade pública?	(X) sim ( ) não.
Se sim,	(X) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal.
Classificada como OSCIP (lei9790/99)?	( ) sim (X) não.

Quadro 3: identificação da instituição quanto a sua natureza jurídica e finalidade.

Fonte: IBASE (2009) Adaptado.

A instituição alvo deste trabalho denominada UTFPR, a qual foi apresentada no quadro três, é uma instituição pública, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação conforme Lei nº 11.184, de 07 de outubro de 2005. Não é considerada instituição filantrópica ou de assistência social.

Origens dos recursos	2014		2013	
	Valor (em reais)		Valor (em reais)	
Receitas Totais	9.853.047,56	100%	11.766.002,98	100%
A. Recursos governamentais.	9.399.859,10	95,4%	11.337.370,93	96,36%
B. Doações de pessoas jurídicas.				
C. Doações de pessoas físicas.				
D. Contribuições				
E. Patrocínios				
F. Cooperação internacional				
G. Prestação de serviços/vendas.	324.439,49	3,3%	293.959,38	2,50%
H. Outras receitas*	128.748,97	1,3%	134.672,67	1,14%

Quadro 4 - Origens dos recursos financeiros utilizados na instituição.

Fonte: IBASE (2009) Adaptado.

\*Outras receitas referem-se aos repasses realizados pela FUNTEF-PR referentes a cursos de especialização e acordos de cooperação.

O quadro quatro trata da origem os recursos financeiros: que amparam todas as despesas e investimentos necessários para a existência da instituição. A UTFPR depende na sua grande maioria dos recursos repassados pelo Governo Federal através do Ministério da Educação (MEC), por se tratar de uma universidade federal e não cobra pelos cursos de graduação, técnico, mestrado e doutorado assim como não recebe recursos da iniciativa privada.

O orçamento de custeio do Câmpus soma aproximadamente 5,7 milhões em cada ano levantado. Os demais recursos (4.153.047,56) deve-se a repasse para obras, aquisição de patrimônio mobiliário, auxílios financeiros para estudantes, além de outros pequenos valores oriundos dos cursos de especialização.

Define-se como de custeio, despesas com compra de materiais de consumo, manutenção de veículos e das estruturas em geral além do pagamento de tarifas de água, energia elétrica e telefone.

Os cursos de especialização não são gratuitos, os alunos pagam mensalidades e os professores são pagos conforme planilha financeira aprovada pela direção. Esses cursos são administrados pela Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR (FUNTEF-PR) que faz toda a gestão financeira mediante pagamento de taxa administrativa e repassa para a universidade saldo residual do curso.

O auxílio estudantil é pago a alunos com comprovada baixa renda, que necessitam de apoio por dedicar-se integralmente aos estudos. A seleção destes alunos é feita pelo Núcleo de Acompanhamento psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE) e o pagamento aos alunos é feito pelo Departamento de Orçamento, Finanças e Contabilidade (DEOFI).

O sistema de controle financeiro utilizado pelo DEOFI não é capaz de oferecer relatório detalhado, sendo impossível distinguir valores repassados para obras e custeio. Os repasses da FUNTEF são feitos através da emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU). Isso justifica o fato de no quadro quatro, grande parte dos recursos serem lançados no item "A" Recursos Governamentais.

Em 2013 e 2014 a FUNTEF repassou para os cofres da união 134.672,67 e 128.748,97 respectivamente referentes a saldo de curso de especialização e acordo de cooperação. Em relação a Prestação de Serviços/Vendas trata-se a prestação de serviços laboratoriais e outros projetos de prestação de serviços para a comunidade.

Analisando os dados coletados referentes aos dois anos pesquisados percebe-se uma redução no valor repassado pelo Governo Federal. Parte desta redução deve-se ao término de algumas obras de infraestrutura e modernização de laboratórios e outra parte aos corte orçamentário para contenção de gastos federais.



A expectativa para 2015 é de redução em torno de 20% no orçamento de custeio e a paralisação de investimentos em infraestrutura e compra de equipamentos devido a contenção de gastos pelo Governo Federal. Além disso, percebem-se atrasos nos repasses.

Aplicações dos recursos	2014		2013	
	Valor (reais)		Valor (reais)	
Despesas Totais	59.528.608,07	100%	56.480.821,22	100%
A. Projetos/programas ações social.				
B. Pessoal (salários + encargos).*	50.000.000,00	83,99%	45.000.000,00	79,67%
C. Despesas diversas				
Operacionais	5.700.000,00	9,58%	5.700.000,00	10,09%
Impostos e taxas			9.755,50	0,02%
Financeiras				
Capital (máquinas + equipamentos)	220.684,11	0,37%	1.984.674,68	3,51%
Outras despesas**	3.607.923,96	6,06%	3.786.391,04	6,70%

Quadro 5 - Aplicação dos recursos financeiros utilizados na instituição.

Fonte: IBASE (2009) Adaptado.

\*Este valor não passa pelo financeiro da instituição, é pago diretamente aos servidores pelo MEC.

\*\*Outras despesas referem-se a auxílios financeiros pagos a alunos.

As despesas com pessoal, somando salários, encargos e benefícios somam 45 milhões de reais em 2013 e 50 milhões em 2014, respectivamente, valor este que não passa pelos cofres do Câmpus, sendo pago diretamente pelo MEC aos servidores.

Cabe ressaltar que as despesas com pessoal são estimadas, pois os valores reais não são fornecidos pelo setor de recursos humanos que afirma ter dificuldades em obtê-los devido ao sistema de informática ser ineficientes.

Os valores pagos aos servidores federais de todo o país estão disponíveis no Portal Transparência e pode ser consultado através de pesquisa nominal. Para totalizar é necessário somar o valor pago a cada servidor em cada mês do ano.

As despesas operacionais incluem todo o valor gasto com o custeio, manutenção e material de consumo necessário para o desempenho das principais atividades. Este valor soma aproximadamente 5,7 milhões de reais em 2013 e 2014.

No item "Outras despesas", são pagamentos intermediados pelo setor financeiro da instituição como bolsas de estudos, e auxílios estudantis pagos a alguns alunos selecionados de acordo com sua renda.

A instituição é isenta de impostos. Em 2013 houve o pagamento de R\$ 9.755,50 referente a importação de equipamento.

Entre 2008 a 2012 o campus recebeu grandes investimentos em infraestrutura, construção e ampliação de blocos com salas de aulas e laboratórios, nova biblioteca além da construção de um novo Restaurante Universitário (RU).

Tais investimentos foram viabilizados pelo Plano de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI (Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007) que objetivou a "criação condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais". (<http://www.utfpr.edu.br/reuni>).

Em 2013 foram comprados alguns equipamentos com recursos do REUNI. Em 2014 o valor gasto com capital foi bem menor em relação ao ano anterior. Para 2015 não há previsão de investimentos nesta rubrica.

Indicadores sociais internos.	2014		2013		Metas 2015
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
A. Alimentação	1.789.766,00	94,6%	1.717.853,75	95,94%	
B. Educação	-		-		
C. Capacitação e Desenvolvimento.	-		-		
D Creche ou auxílio-creche	-		-		
E. Saúde	11.280,00	0,60%	7.129,00	0,40%	
F. Segurança e saúde no trabalho.	-		-		
G. Transporte	90.882,06	4,80%	65.604,00	3,66%	
H. Bolsas/estágios					
I. Outros					
Total - Indicadores Sociais internos	1.891.928,06	100%	1.790.586,75	100%	

Quadro 6 - Indicadores sociais internos (ações de benefícios aos funcionários)

Fonte: IBASE (2009) adaptado.

No quadro seis, que trata dos Indicadores Sociais Internos, que são ações e benefícios voltados para os colaboradores da instituição.

No caso da UTFPR Pato Branco o maior gasto nesse sentido é o vale alimentação, direito garantido por lei. O valor pago mensalmente a cada servidor é de 373,00 reais que ao longo do ano totaliza mais de 1,7 milhões de reais. Por outro lado em 2013 e 2014 a o campus gastou R\$ 8.021,75 e R\$ 12.794,00 respectivamente com

subsídios nas refeições que os servidores fazem no Restaurante Universitário (RU), situado dentro do campus.

Percebe-se um gasto maior com este subsidio em 2014 devido ao aumento no valor da refeição ofertada no RU e também ao aumento de servidores que optaram em fazer suas refeições neste local. Vale lembrar que esse direito é garantido somente no período de trabalho.

Na questão de educação e capacitação há investimentos constantes em cursos e treinamentos voltados a melhoria da qualificação dos servidores, tanto técnicos administrativos quanto docentes.

Além disso, aproximadamente 15% dos servidores encontram-se afastados para cursar mestrado ou doutorado, estes continuam recebendo seus salários e benefícios durante o afastamento e alguns deles recebem bolsas de estudos de instituições de fomento.

A instituição não possui auxilio creche. Em relação à saúde a instituição mantém uma “Área Médica” com enfermeira para atender casos de emergência e urgência e um médico que realiza pericias médicas nos casos de necessidade de afastamento do trabalho por motivo de doença.

Em 2013 esta área consumiu R\$ 7.129,00 reais em 2013 e R\$ 6.700,00 em 2014 despesas estas com custeio e manutenção. Em 2014 houve investimento de R\$ 4.580,00 reais na compra de equipamentos, dinheiro repassado pela reitoria.

Em relação a transporte não há auxilio a transporte aos servidores, alguns optam por comprar vales transportes. A instituição mantém uma frota de veículos oficiais com automóveis, micro-ônibus um ônibus. Esses veículos geraram despesa em torno de R\$ 65.604,00 em 2013 e R\$ 90.882,06 em 2014 com combustíveis e manutenção em geral.

Os veículos são usados exclusivamente para deslocamentos para fins de trabalho sendo vedada a utilização para uso pessoal.

Serviço	2014		2013		Metas 2015
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)		
A. Assistência jurídica	R\$:		R\$:		R\$:
	N° Pessoas beneficiadas:		N° Pessoas beneficiadas:		
	N° entidades beneficiadas:		N° entidades beneficiadas:		
B. Diversidade étnica e questão social.	R\$:		R\$:		R\$:
	N° Pessoas beneficiadas:		N° Pessoas beneficiadas:		
	N° entidades beneficiadas:		N° entidades beneficiadas:		
C. Educação popular/alfabetização de jovens e adultos (as)	R\$:		R\$:		R\$:
	N° Pessoas beneficiadas:		N° Pessoas beneficiadas:		
	N° entidades beneficiadas:		N° entidades beneficiadas:		
D. Empreendedorismo/ apoio e capacitação	R\$:		R\$:		R\$:
	N° Pessoas beneficiadas:		N° Pessoas beneficiadas:		
	N° entidades beneficiadas:		N° entidades beneficiadas:		
E. Segurança alimentar/ combate a fome	R\$:		R\$:		R\$:
	N° Pessoas beneficiadas:		N° Pessoas beneficiadas:		
	N° entidades beneficiadas:		N° entidades beneficiadas:		
Valores totais.					

Quadro 7 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade.

Fonte: IBASE (2009) adaptado.

Em relação ao quadro sete: Projetos, ações e Contribuições para a Sociedade, por ser uma universidade tecnológica a busca de conhecimento é voltado para engenharias e exatas. Nesse sentido se torna difícil possuir um trabalho voltado à assistência jurídica, por exemplo, fato facilitado para instituições que possuem curso de direito.

A UTFPR possui trabalho voltado ao empreendedorismo com hotel tecnológico e incubadora para novas empresas, onde novos empresários contam com o apoio de profissionais na gestão de seu empreendimento aumentando as chances de sucesso.

Em 2013 este trabalho ficou parado devido a troca de direção do Câmpus, em 2014 foi reestruturado e no final do ano ocorreu seleção de novos projetos para estarem sendo desenvolvidos em 2015.

“O Programa de Empreendedorismo e Inovação” - PROEM busca promover a capacidade empreendedora valorizando o talento e despertando o potencial criativo e

inventivo, para que alunos, ex-alunos, professores, pesquisadores possam montar com segurança o seu próprio negócio”. (utfpr.edu.br, 2015).

O PROEM objetiva fomentar e apoiar a implantação de projetos e programas de inovação de base tecnológica, junto a empreendedores, órgãos representativos da sociedade e poder público, buscando apoiar o desenvolvimento regional. (utfpr.edu.br, 2015). O PROEM trabalha em três etapas: Hotel Tecnológico, Incubadora de Inovações e Empresa Júnior.

O hotel tecnológico é a primeira etapa a ser percorrida pelo novo empreendimento. Lá os empreendedores encontram o ambiente ideal para por em prática seu plano de negócio além de poder trocar ideias e construir o conhecimento de uma forma coletiva. Destaca o professor coordenador Neimar Follmann (chefe do setor).

Esta primeira etapa é importante para o amadurecimento da ideia e para transformá-la em plano de negócio. Quando a ideia está mais madura passa para a segunda fase que é a encubação, lá é ofertado suporte para o desenvolvimento do plano inicial.

Uma incubadora é uma entidade que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. (<http://www.utfpr.edu.br/direc>)

Empresa Júnior é uma associação civil sem fins lucrativos, constituída por alunos dos cursos de graduação de instituições, cuja finalidade é de prestar serviços e desenvolver projetos que contribuam para o desenvolvimento do país, sempre sob a supervisão de professores. (<http://www.utfpr.edu.br/empresajunior>)

Na prática as empresas Junior são formadas por alunos de determinado curso que com a supervisão de seus professores trabalham com a finalidade de contribuir com o sucesso de novas empresas que passaram pela incubadora ou não. Nesse processo o empresário é beneficiado com o apoio que recebe e o acadêmico tem a oportunidade de aprender na prática.

Cabe lembrar que para participar dos programas de apoio apresentados acima é preciso participar de processo seletivo.

Em relação a metas para 2015 cabe ressaltar que com o ajuste fiscal que está sendo realizado pelo Governo Federal até a conclusão deste trabalho o Orçamento da União para 2015 não havia sido aprovado. Sendo assim trabalha-se com a manutenção dos números de 2014 com possíveis cortes.

Outros Indicadores	2014	2013	Metas 2015
Nº total de alunos (as)	3.200	3.577	
Nº total de alunos com auxílio estudantil	1.316	391	
Valor total do auxílio estudantil	400,00	400,00	
Nº de alunos com bolsas de Iniciação Científica	65	60	
Valor total de bolsas de Iniciação Científica	400,00	400,00	

Quadro 8 - outros indicadores.

Fonte: IBASE (2009) adaptado.

O Câmpus Pato Branco da UTFPR conta com 3577 alunos em 2013 e 3200 em 2014 entre graduandos, pós-graduandos e ensino médio técnico. Deste total apenas 60 e 65 em 2013 e 2014 respectivamente contam com bolsa de iniciação científica. Bolsas no valor de 400 reais mensais.

O ensino é totalmente gratuito para todos os alunos, por isso não há tantas bolsas de estudos alguns deles recebem para participar de projetos extracurriculares no caso projetos de iniciação científica. Há também nos últimos anos a disponibilidade de auxílios financeiros aos alunos mais carentes.

O Programa de Auxílio Estudantil ao Estudante da UTFPR tem a finalidade de apoiar o discente para o seu desenvolvimento acadêmico e sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica. ([utfpr.edu.br](http://utfpr.edu.br)) – 2014. O programa atendeu 391 estudantes em 2013. Em 2014, após ampliação passou a atender 1.316 acadêmicos no Câmpus Pato Branco.

A seleção pra o programa é bastante rigorosa onde o aluno envia documentação comprobatória de renda e passa por entrevista. É exigido que o aluno apresentasse resultados satisfatórios em suas avaliações.

Indicadores sobre o corpo funcional	2014	2013	Metas 2015
Nº total de empregados (as) ao final do período	397	382	
Nº total de admissões durante o período	50	36	
Nº de prestadores (as) de serviço	48	48	
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	146	132	
Nº de mulheres que trabalham na instituição	166	166	
% de cargos de chefias ocupadas por mulheres	32%	32%	
Idade média das mulheres em cargo de chefia	42	43	
Salário médio das mulheres	-	-	
Idade média dos homens em cargo de chefia	43	41	
Salário médio dos homens	-	-	
Nº de negros (as) que trabalham na instituição	1	-	
% de cargos de chefias ocupadas por negros (as)	-	-	
Idade média dos (as) negros em cargo de chefia	-	-	
Salário médio dos (as) negros (as)	-	-	
Nº de brancos (as) que trabalham na instituição	396	382	
Salário médio dos (as) brancos (as)	-	-	
Nº de estagiários (as)	65	73	
Nº de voluntários (as)	143	119	
Nº de portadores (as) de necessidades especiais	2	2	
Salário médio portadores de necessidades especiais	-	-	

Quadro 9 - outros indicadores.

Fonte: IBASE (2009) adaptado.

O corpo funcional do Câmpus Pato Branco conta com 382 colaboradores em 2013 e 397 em 2014 somando servidores efetivos temporários e terceirizados. O serviço de limpeza e manutenção é terceirizado e conta com uma equipe de 48 pessoas nos dois anos pesquisados.

Algumas vagas são temporárias e acabam gerando rotatividade, em 2013 foram admitidos 36 colaboradores e em 2014 foram cinquenta. As admissões algumas são por nomeação, ou seja, efetivação e outras temporárias.

Grande parte das vagas é ocupada por mulheres. Por outro lado, as mulheres são responsáveis por apenas 32% dos cargos de chefia, estas possuem idade média entre 42 e 43 anos já os homens com cargo de chefia possuem média de 41 anos em 2013 e 43 anos em 2014.

Quanto a negros, não há dados registrados simplesmente por que as pessoas não se declaravam negras até pouco tempo. Nos últimos anos com a lei de cotas, onde há destinação de vagas para negros, houve um interesse em se autodeclarar para tal

finalidade tanto é que em 2014 teve o primeiro registro de servidor declarado negro. Até então nas estatísticas oficiais todos eram considerados brancos.

Além dos servidores mencionados acima fizeram parte do corpo funcional do Câmpus em 2013 os estagiários, somando 73 em 2013 e 65 em 2014. Os estagiários desempenham diversas funções administrativas dentro das coordenações de cursos, diretorias e laboratórios em horário oposto ao horário de suas aulas. Há também um numero expressivo de estagiários voluntários que atuam em vários projetos sem serem remunerados.

Qualificação do corpo funcional	2014	2013	Metas 2015
Nº total de docentes	307	294	
Nº de doutores (as)	155	140	
Nº de mestres (as)	121	122	
Nº de especializados (as)	21	22	
Nº de graduados (as)	10	10	
Nº total de funcionários (as) técnico administrativo	90	88	
Nº de pós-graduados (especialistas mestres e doutores)	66	63	
Nº de graduados (as)	21	20	
Nº de graduandos (as)			
Nº de pessoas com ensino médio	3	4	
Nº de pessoas com ensino fundamental	-	1	
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	-	-	
Nº de pessoas não alfabetizadas	-	-	

Quadro 10 - Qualificação do corpo funcional.

Fonte: IBASE (2009) adaptado.

O quadro dez aborda a qualificação do corpo funcional. Do total de servidores em média 300 são docentes, dentre ele a metade são doutores, e 120 são mestres, 20 especialistas e 10 graduados. Esses dados deixa clara a grande quantidade de docentes doutores, topo máximo da carreira acadêmica.

Os técnicos administrativos somam 88 em 2013 e 90 em 2014. Destes em média 65 são pós-graduados, ou seja, especialistas, mestres ou doutores e 20 deles tem somente a graduação. Em 2013 eram quatro profissionais que possuíam somente o ensino médio e em 2014 eram três. Ainda em 2013 havia um servidor com apenas o ensino fundamental, em 2014, este numero caiu pra zero. Neste levantamento não foi considerado os colaboradores terceirizados.

Diante dos numero de alunos matriculados e da demanda por trabalho o numero de técnicos administrativos é insuficiente, sendo necessário aproximadamente dobrar o numero de colaboradores nessa área para suprir a necessidade.



Ética, transparência e responsabilidade social	2014	Metas 2015
Relação entre maior e menor remuneração	Menor Salário: 2.520,00 Maior Salário: 20.335,00	Menor Salário: 2.520,00 Maior Salário: 20.335,00
O processo de admissão de empregados (as) é:	0 % por indicação. 100 % por seleção/concurso.	0 % por indicação. 100 % por seleção/concurso.
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	( X ) Sim, institucionalizada  ( ) Sim, não institucionalizada ( ) não	( X ) Sim, institucionalizada  ( ) Sim, não institucionalizada ( ) não
Se "sim" na questão anterior, qual?	( X ) Negros(as) ( ) gênero ( ) opção sexual ( X ) portadores(as) de necessidades especiais ( ) Outros	( X ) Negros(as) ( ) gênero ( ) opção sexual ( X ) portadores(as) de necessidades especiais ( ) Outros
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos (as) ou beneficiários (as)?	( X ) Sim, institucionalizada  ( ) Sim, não institucionalizada ( ) não	( X ) Sim, institucionalizada  ( ) Sim, não institucionalizada ( ) não
Se "sim" na questão anterior, qual?	( X ) Negros(as) ( ) gênero ( ) opção sexual ( X ) portadores(as) de necessidades especiais ( ) Outros.	( X ) Negros(as) ( ) gênero ( ) opção sexual ( X ) portadores(as) de necessidades especiais ( ) Outros.
A seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	( x ) não são considerados  ( ) são sugeridos ( ) são exigidos	( X ) não são considerados  ( ) são sugeridos ( ) são exigidos
A participação de empregados (as) no planejamento da instituição?	( ) não ocorre ( ) ocorre em nível de chefia ( X ) ocorre em todos os níveis	( ) não ocorre ( ) ocorre em nível de chefia ( X ) ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolhas dos coordenadores (as) e diretores (as) da organização:	( ) não ocorre ( X ) ocorrem regularmente  ( ) ocorrem somente p/cargos intermediários	( ) não ocorre ( X ) ocorrem regularmente  ( ) ocorrem somente p/cargos intermediários
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética acompanhamento de:	( X ) toda ações/atividades ( ) ensino e pesquisa ( ) experimentação animal/vivissecção. ( ) não tem	( X ) toda ações/atividades ( ) ensino e pesquisa ( ) experimentação animal/vivissecção . ( ) não tem

Quadro 11 - Informações relativo a ética, transparência e responsabilidade social.

Fonte: IBASE (2009) adaptado.

O último quadro do Balanço Social trata de ética e responsabilidade social. Em relação a diferença de salários isso ocorre pela diferença de cargos enquanto alguns

servidores tem pós doutorado, possuem Cargo de Direção (CD) outros são contratados através de concursos que previam menor remuneração e não tiveram significativa progressão na carreira.

Os processos de admissão são todos através de concurso público, nenhum servidor é contratado de outra forma, inclusive estagiários passam por processo seletivo para serem contratados.

Em relação a valorização da diversidade a instituição destina vagas para negros e pessoas com deficiência, como determina a legislação de cotas tanto na seleção de alunos quanto na seleção de colaboradores.

A seleção de alunos é feita através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) criado pelo Governo Federal. Esse sistema destina cotas de vagas para descendentes de negros, candidatos que cursaram ensino médio em escola pública.

Quanto a seleção de parceiros para trabalhar juntamente com a instituição ainda não há critérios relacionados a ética e de responsabilidade social e ambiental. O plano de ação prevê para os próximos anos a adoção de medidas que darão preferencia para empresas que cumprem esses deveres sociais.

O planejamento da instituição é feito em varias etapas, sempre procurando ouvir todos os empregados onde todos podem sugerir e opinar ficando a cargo das diretorias analisar essas sugestões e opiniões antes de tomar a decisão final.

A instituição conta com uma ouvidoria onde um servidor eleito democraticamente recebe queixas, reclamações e sugestões, procurando sanar as divergências e dando encaminhamento aos responsáveis.

Os processos eleitorais são todos democráticos, onde todos os servidores podem votar. Na eleição para diretor geral do campus há votação aberta para toda a comunidade acadêmica. Todos os servidores tem direito a candidatura, sendo o mais votado eleito para um período de quatro anos.

#### 4.4 Considerações sobre o estudo.

Os resultados do estudo foram satisfatórios apesar de algumas dificuldades encontradas, principalmente na coleta de dados devido a precariedade de sistemas de informática e seus relatórios insuficientes.

Com a dificuldade de obtenção de relatórios diretos dos sistemas surgiu a demanda de busca manual em arquivos para levantar dados principalmente no setor de recursos humanos, onde maior parte das informações estão dispostas. Ai deparou-se com a insuficiência no numero de servidores.

Os servidores procurados demonstraram interesse em colaborar com a pesquisa, muitas vezes esbarrou no excesso de afazeres rotineiros o que dificultou e atrasou o processo de coleta de dados.

Quanto ao levantamento teórico a disponibilidade de materiais é boa e o modelo escolhido se adapta bem a estrutura da instituição pesquisada. De modo geral os resultados obtidos são satisfatórios.

Como principal sugestão destacamos a urgente necessidade de melhoria nos sistemas de informação devido a sua obsolescência e a dificuldade em se obter informações que na verdade são públicas.

Em relação ao modelo de Balanço Social utilizado no estudo percebeu-se que não há dados sobre os resultados finais obtidos pela universidade, ou seja, sobre o numero de formados no final de cada ano, assim como as desistências.

Diante do grande valor intelectual e financeiro investido em uma instituição de ensino é necessário que a mesma apresente resultados satisfatórios caso contrario tal investimento se torna desperdício.

Nesse sentido sugere-se que seja incluído ao modelo informações no sentido de apresentar resultados obtidos pela instituição, comparando o numero de alunos que entram na instituição e os que se formam anualmente.

Uma forma importante de avaliação de resultados é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), este exame avalia além dos alunos as instituições de ensino. É de grande valia incluir estas informações aos relatórios de Balanço Social.

## 5. CONCLUSÃO.

O presente trabalho tinha como principal objetivo a aplicação de um modelo de balanço social na UTFPR Pato Branco para verificar a realidade da instituição em relação a responsabilidade social. Através da revisão bibliográfica concluiu-se que o melhor modelo para responder a pergunta principal é o modelo IBASE, devido a sua proximidade com a realidade das instituições de ensino.

A próxima fase consiste em levantar o maior numero de informações relacionadas ao tema para enquadrar ao modelo e buscar responder os objetivos do projeto. Nessa etapa encontrou-se varias dificuldades devido a inexistência de relatórios prontos em vários setores abordados.

Grande parte dos problemas se devem a ineficiência dos sistemas operacionais, a falta de servidores e a sobrecarga dos existentes. A maior parte destes problemas encontra-se no setor de recursos humanos.

O processo de coleta de dados foi bastante trabalhoso e demorado devidos aos problemas citados acima. É importante destacar que os chefes de setores foram bastante prestativos dentro de suas possibilidades no fornecimento das informações solicitadas.

Apesar disso pode-se afirmar que a coleta de dados foi satisfatória e o trabalho alcançou seu objetivo principal. Conclui-se que a Câmpus Pato Branco da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, está em busca promover melhorias em relação a democratização do ensino universitário, buscando manter excelência em qualidade de ensino, promovendo a qualificação de seus docentes.

Para os próximos trabalhos sugere-se maior dedicação na cobrança de melhorias nos pontos fracos apontados neste comparando os resultados atuais com os que serão levantados futuramente.

## REFERÊNCIAS

- BARBIERI, José Carlos. *Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos Modelos e Instrumentos*. 2 ed. São Paulo, Saraiva, 2007.
- BASSETTO, Luci Ines. *A Incorporação da Responsabilidade Social e Sustentabilidade: Um Estudo Baseado no Relatório de Gestão 2005 da Companhia Paranaense de Energia – COPEL . Gestão. Produção*, São Carlos, v.17, 2010.
- BERTONCELLO, Silvio Luiz Tadeu e CHANG JÚNIOR, João. *A Importância da Responsabilidade Social Corporativa como Fator de Diferenciação*. FACOM - nº 17 - 1º semestre de 2007. P. 70-77.
- CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável*. Editora Cultrix, São Paulo. 2002.
- CARRIERI, Silva e Pimentel; Alexandre de Pádua, Alfredo Rodrigues Leite da, Thiago Duarte. *O Tema da Proteção Ambiental Incorporado nos Discursos da Responsabilidade Social Corporativa*. 2009.
- CAVALCANTI, Clóvis. *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil.1994.
- CAVALCANTI - citação de capítulos: *Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade*; Clóvis Cavalcanti cap. II: *O Problema do Desenvolvimento Sustentável* Franz Josef Brüseke (apud CAVALCANTI, 1994).
- CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. *Relatório de Sustentabilidade Empresarial – 2002*. Rio de Janeiro: CEBDS, 2002.
- ENRIC Pol. *A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável*. Estudos de Psicologia. 2003.
- ERNESTO Lima Gonçalves. *O balanço social: a Definição de um Modelo para sua Empresa*. 1980
- ETHOS, Instituto. *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI)*. São Paulo, 2002. Versão brasileira.
- ETHOS, Instituto. *Guia de Elaboração do Balanço Social - 2002*. Disponível em: 'www.ethos.org.br'.
- ETHOS, Instituto. *Balanço social*. São Paulo, 2006. Disponível em: <www.Instituto Ethos.org.br. 2007
- ETHOS, Instituto. *O Balanço Social e a Comunicação da Empresa com a Sociedade*. 6ªed. São Paulo, 2007.

ETHOS, Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social –. Responsabilidade social empresarial nos processos gerenciais e nas cadeias de valor. São Paulo: ETHOS, 2006.

FONTENELLE, I. A. A Resignificação da Crise Ambiental pela Mídia de Negócios: Responsabilidade Empresarial e Redenção pelo Consumo. *Galaxia* (São Paulo, *Online*), n. 26, p. 135-147, dez. 2013.

GRI – Global Reporting Initiative. Sustainability Reporting Guidelines on Economic, Environmental and Social Performance, Global Reporting Initiative. Disponível em: <[www.gri.org](http://www.gri.org)>. Acesso em: 24 jan. de 2003.

GONÇALVES, Ernesto Lima. responsabilidade social da Faculdade de Medicina/USP e da EAESP/FGV. *Revista Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 1984.

GODOY, Arilda S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In *Revista de Administração de Empresas*, 1995.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço social: teoria e prática. São Paulo: atlas, 2000.

MARTINELLI, A. C. Empresa Cidadã. In E. Ioschpe (Org.). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro. 1997

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MELO NETO, Francisco. Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: O Caso Brasileiro, Ed. Qualitymark, 2001.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. Responsabilidade Social e Investimento Social Privado: Entre o Discurso e a Evidenciação. *R. Cont. Fin. • USP • São Paulo 2008*

NEGRA; TEIXEIRA e DO CARMO Carlos Alberto Serra, Fabrício Souza e Rosemeyre Francisca . O Balanço Social na Gestão das Instituições de Ensino Superior. *Contabilidade vista & revista*. Belo horizonte. v. 12. n. 3. p. 9-34, dez 2001.

OLIVEIRA José Artmatés de; Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. *Revista Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 1984.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Uma Avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores Empresas. 2005.

OLIVEIRA, M. A. S. et al. Relatórios de Sustentabilidade dos Setores Econômicos Brasileiros. Production, 2014.

SILVA e KRAUTER, Bruna Mariano, Elizabeth. Um Estudo Sobre Responsabilidade Social Empresarial com Empresas Brasileiras do Setor de Energia que Utilizam o Modelo IBASE. Anais do II SINGEP – São Paulo – SP – Brasil. SUSTENTABILITY, Reporting Guidelines. disponível em: [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org). 2006.

SHRIVASTAVA, P. (1994). Castrated Environment: Greening Organizational Studies. Organization Studies, 1994.

SACHS, Ignacy. Barricadas de Ontem, Campos de Futuro, 2010.

TAKESHY, Tachizawa. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social e Corporativa: Estratégia de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. 7ª ed. São Paulo, atlas, 2001.

WAGNER, john a.; hollenback, john r. Comportamento Organizacional: Criando Vantagem Competitiva. 2ªed. SAO PAULO, 2009

WAINER, Jacques Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação. UNICAMP São Paulo, 2007.